

**No. 40987**

---

**Brazil  
and  
Cape Verde**

**Protocol of intent between the Government of the Federative Republic of Brazil and  
the Government of the Repuhlic of Cape Verde on technical cooperation in the  
field of electronic techuology. Praia, 29 July 2004**

**Entry into force: 29 July 2004 by signature, in accordance with paragraph 8**

**Authentic text: Portuguese**

**Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 2 February 2005**

---

**Brésil  
et  
Cap-Vert**

**Protocole d'intentions entre le Gouvernement de la Répuhlique fédérative du Brésil  
et le Gouvernement de la République du Cap-Vert relatif à la coopération  
technique en matière de technologie électronique. Praia, 29 juillet 2004**

**Entrée en vigueur : 29 juillet 2004 par signature, conformément au paragraphe 8**

**Texte authentique : portugais**

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 2 février 2005**

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE SOBRE  
COOPERAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA DE TECNOLOGIA ELETRÔNICA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Cabo Verde  
(doravante denominados "Partes"),

Animados pela vontade de estreitar os laços de amizade e de fraternidade existentes entre os dois países e povos;

Determinados a desenvolver e aprofundar as relações de cooperação;

Confirmando a sua fidelidade aos objetivos e princípios da Carta da Organização das Nações Unidas;

Decidem, em uma base de plena independência, respeito pela soberania, não ingerência nos assuntos internos de cada Estado e reciprocidade de interesses, concluir o presente Protocolo de Intenções:

1. As Partes comprometem-se em regime de reciprocidade, e quando para tanto solicitadas, com a prestação mútua de cooperação técnica no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a desenvolver-se principalmente nas áreas de governação eletrônica e da sociedade de informação; desenvolvimento de Portais para a prestação eletrônica de serviços ao cidadão; reforço das TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) no sistema educativo e de formação profissional; instalação técnica e institucional de um sistema de autenticação e certificação digital; inclusão digital; e em outras áreas que as Partes considerem adequadas à realização dos seus interesses.

2. A implementação de ações nas áreas previstas no parágrafo 1 será efetivada por meio de ajustes complementares, fundamentados no Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, em 28 de abril de 1977, vigente a partir de 23 de novembro de 1977.

3. Para a implementação dos programas ou projetos de cooperação técnica no domínio das tecnologias de informação e comunicação, concebidos sob a égide dos futuros ajustes complementares, as Partes poderão estabelecer parcerias com instituições dos setores público e privado, organismos e entidades internacionais, bem como com organizações não governamentais.

4. No âmbito da cooperação técnica prevista no primeiro parágrafo a parte brasileira fará doação de 11 (onze) computadores para instalação de um telecentro em Cabo Verde.

5. Os assuntos relativos à cooperação técnica no domínio das tecnologias de informação e comunicação serão coordenados, do lado brasileiro, pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, que designará a(s) instituição(ões) competente(s) que será(ão) responsável(is) pela execução.

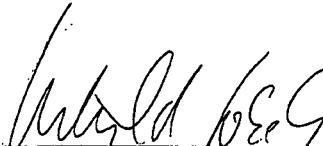
6. Os assuntos relativos à cooperação técnica no domínio das tecnologias de informação e comunicação serão coordenados e executados, do lado caboverdiano, pelo Núcleo Operacional da Sociedade de Informação (NOSI) do Gabinete do Primeiro Ministro.

7. As Partes deverão realizar reuniões para negociar os termos da cooperação a ser desenvolvida, assim como dos programas, projetos e atividades.

8. O presente Protocolo de Intenções entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 03 (três) anos. Será renovado, automaticamente, por igual período. Poderá também ser emendado ou revisado por entendimento mútuo entre as Partes.

9. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Protocolo de Intenções com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, mediante notificação por Nota diplomática à outra Parte, sem prejuízo das atividades em andamento.

Feito em Praia, aos 29 dias do mês de julho de 2004, em dois exemplares originais em língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL  
Vitor C. P. Gobato  
Embaixador do Brasil



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
DE CABO VERDE  
Júlio César Moraes  
Diretor-Geral da Cooperação Internacional do MNECC

[TRANSLATION — TRADUCTION]

**PROTOCOL OF INTENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF CAPE VERDE ON TECHNICAL COOPERATION IN THE FIELD OF ELECTRONIC TECHNOLOGY**

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Cape Verde (hereinafter referred to as the "Parties"),

Motivated by the desire to strengthen the ties of friendship and brotherhood that exist between the two countries and peoples,

Determined to develop and deepen their relations of cooperation,

Reiterating their commitment to the purposes and principles of the Charter of the United Nations,

Hereby decide, on a basis of full independence, respect for sovereignty, non-interference in the internal affairs of either State and reciprocity of interests, to conclude the following Protocol of Intent:

1. The Parties undertake, on a basis of reciprocity and upon request, to provide each other with technical cooperation in the field of information and communications technologies (ICT), in particular in the areas of e-government and the information society; the development of portals for the electronic delivery of services to citizens; the promotion of ICT (information and communications technologies) in the system of education and vocational training; the technical and institutional installation of a system of digital certification and authentication; digital inclusion; and such other areas as the Parties may deem appropriate to the pursuit of their interests.

2. The implementation of activities in the areas mentioned in paragraph 1 shall be governed by supplementary agreements based on the Basic Agreement on Technical and Scientific Co-operation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Cape Verde, signed on 28 April 1977 and in force since 23 November 1977.

3. In order to implement the technical cooperation programmes and projects in the field of information and communications technologies to be developed under future supplementary agreements, the Parties may establish partnerships with public and private sector institutions, international bodies and entities, and non-governmental organizations.

4. As part of the technical cooperation envisaged in paragraph 1, Brazil shall donate 11 (eleven) computers for the establishment of a telecentre in Cape Verde.

5. Matters relating to technical cooperation in the field of information and communications technologies shall be coordinated, in the case of Brazil, by the Brazilian Cooperation Agency of the Ministry of Foreign Affairs, which shall designate the competent institution or institutions responsible for implementation.

6. Matters relating to technical cooperation in the field of information and communications technologies shall be coordinated and implemented, in the case of Cape Verde, by

the Operational Centre for the Information Society (NOSI) of the Office of the Prime Minister.

7. The Parties shall hold meetings to negotiate the terms of the cooperation to be pursued and of the relevant programmes, projects and activities.

8. This Protocol of Intent shall enter into force on the date on which it is signed and shall remain in force for 3 (three) years. It shall be renewed automatically for further three-year periods. It may also be amended or revised by mutual agreement between the Parties.

9. Either Party may terminate this Protocol of Intent by giving at least 90 (ninety) days' advance notice through a diplomatic note to the other Party, without prejudice to ongoing activities.

DONE at Praia on 29 July 2004, in two originals in the Portuguese language, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

VÍTOR C. P. GOBATO  
Ambassador of Brazil

For the Government of the Republic of Cape Verde:

JÚLIO CÉSAR MORAES  
Director-General for International Cooperation  
Ministry of Foreign Affairs, Cooperation and Communities

[TRANSLATION — TRADUCTION]

**PROTOCOLE D'INTENTIONS ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU CAP-VERT RELATIF À LA COOPÉRATION TECHNIQUE EN MATIÈRE DE TECHNOLOGIE ÉLECTRONIQUE**

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Cap-Vert (ci-après dénommés les "Parties"),

Motivés par le désir de renforcer les liens d'amitié et de fraternité qui existent entre les deux pays et leurs peuples,

Déterminés à élargir et à approfondir leurs relations de coopération,

Renouvelant leur engagement à l'égard des objectifs et principes de la Charte des Nations Unies,

Décidé sur la base de la totale indépendance, du respect de la souveraineté, de la non interférence dans les affaires internes de l'un ou l'autre État et de la réciprocité des intérêts, de conclure le Protocole d'intention ci-dessous:

1. Les Parties s'engagent, sur la base de la réciprocité et sur demande, à se fournir une coopération technique dans le domaine des technologies de l'information et des communications (TIC), notamment dans les domaines de la gouvernance électronique et de la société d'information; la mise en place de portiques pour la fourniture électronique de services aux citoyens; la promotion des technologies de l'information et des communications dans le système éducatif et dans celui de la formation professionnelle; l'installation technique et institutionnelle d'un système de certification et d'authentification numériques; l'inclusion numérique et tous autres domaines que les Parties peuvent estimer judicieux pour la poursuite de leurs intérêts.

2. La mise en oeuvre des activités dans les zones mentionnées au paragraphe 1 est régie par des arrangements complémentaires fondés sur l'Accord de base relatif à la coopération technique et scientifique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Cap-Vert, signé le 28 avril 1977, qui est en vigueur depuis le 23 novembre 1977.

3. Pour mettre en oeuvre les programmes et les projets de coopération technique dans le domaine des technologies de l'information et des communications à élaborer dans le cadre des futurs arrangements complémentaires, les Parties peuvent instituer des partenariats avec des institutions des secteurs public et privé, des organisations et des entités internationales et des organisations non gouvernementales.

4. Dans le cadre de la coopération technique envisagée au paragraphe 1, le Brésil fait don de (11) onze ordinateurs pour la création d'un centre de télétraitemennt au Cap-Vert.

5. Les questions liées à la coopération technique dans le secteur des technologies de l'information et des communications sont coordonnées, dans le cas du Brésil, par l'Agence brésilienne de coopération du Ministère des Affaires étrangères, qui désigne l'institution ou les institutions compétentes qui seront chargées de la mise en oeuvre.

6. Les questions relatives à la coopération technique dans le secteur des technologies de l'information et des communications sont coordonnées et traitées, dans le cas du Cap-Vert, par le Centre opérationnel pour la Société d'information (NOSI) du Cabinet du Premier Ministre.

7. Les Parties organiseront des réunions afin de négocier les conditions de la coopération à assurer et des programmes, projets et activités pertinents.

8. Le présent Protocole d'intention entre en vigueur à la date de sa signature et conserve sa validité pendant 3 (trois) ans. Il est renouvelé automatiquement pour des périodes triennales successives. Il peut également être modifié ou révisé après accord mutuel entre les Parties.

9. Chaque Partie peut mettre fin au Protocole d'intention en donnant un préavis de 90 (quatre-vingt-dix) jours au moins, acheminé par la voie diplomatique à l'autre Partie, sans préjuger des activités en cours.

Fait à Praia le 29 juillet 2004, en deux exemplaires originaux en langue portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

L'Ambassadeur du Brésil,

VITOR C.P. GOBATO

Pour le Gouvernement de la République de Cap-Vert :

Le Directeur général de la Coopération internationale au Ministère des Affaires étrangères, de la Coopération et des communautés,

JULIO CÉSAR MORAES

